

Políticas públicas, agroecologia e as dificuldades para se produzir orgânicos no Brasil

Notícias

Postado em: 06/06/2019

Neltume Espinoza, mulher, chilena e filha de agricultores, chegou até a agroecologia pelos caminhos mais travessos. Aconselhada pelos pais a sair do campo, há nove anos decidiu sair do Chile para estudar, pois lá não existe educação pública gratuita. Começou a cursar antropologia na Bolívia, mas logo percebeu que o curso não lhe permitia contribuir com a vida no campo como desejava. Foi assim que chegou até o Brasil e conheceu a agroecologia. Hoje, formada na área, atua na Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA) e no Núcleo Agroecológico da Rede Ecovida Maurício Burmester do Amaral.

Por Thaiany Osório

Neltume Espinoza, mulher, chilena e filha de agricultores, chegou até a agroecologia pelos caminhos mais travessos. Aconselhada pelos pais a sair do campo, há nove anos decidiu sair do Chile para estudar, pois lá não existe educação pública gratuita. Começou a cursar antropologia na Bolívia, mas logo percebeu que o curso não lhe permitia contribuir com a vida no campo como desejava. Foi assim que chegou até o Brasil e conheceu a agroecologia. Hoje, formada na área, atua na Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA) e no Núcleo Agroecológico da Rede Ecovida Maurício Burmester do Amaral.

Já Ivo Melão, agrônomo de formação, trabalha há cinco anos no Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), responsável pela área de socioeconomia, comercialização e consumo. Natural de Ponta Grossa e curitibano há quase quarenta anos, antes de trabalhar no CPRA atuava no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), desenvolvendo trabalhos dentro da área de produção orgânica e agroecológica. Vê a agroecologia além da sua carreira profissional. Para ele, a associação é certa: agroecologia tem lugar na mesa de casa, com toda a família reunida. "Para mim, agroecologia é vida, movimento e relacionamentos", conclui.

Nel e Melão se encontraram para um bate-papo sobre o cenário atual dos produtos agroecológicos e os embates sociais e econômicos que fazem o alimento orgânico possuir o preço que tem hoje. Segundo uma pesquisa realizada em 2017, encomendada pelo Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis), a cada 100 pessoas, 62 delas não consomem mais orgânicos pela falta de preço acessíveis. A pesquisa, realizada com 905 pessoas de nove cidades e em quatro regiões do Brasil, evidencia que o preço ainda é um grande limitador para o mercado de orgânicos. Na entrevista abaixo, Nel e Melão falam sobre políticas públicas, agroecologia e as dificuldades para se produzir orgânicos no Brasil.

Quais são as dificuldades para o agricultor, hoje, produzir orgânicos?

Neltume Espinoza: São várias as dificuldades, começando pela legislação, que é tão exigente que, às vezes, não distingue a produção empresarial e industrializada da agricultura camponesa. Tem também as dificuldades técnicas, pois geralmente o agricultor tem áreas de plantio já desequilibradas, o que dificulta todo o processo. A logística de transporte e escoamento também é uma dificuldade, pois temos agricultores que conseguem produzir, mas não conseguem

comercializar, e temos os que têm como comercializar seus alimentos, mas que não conseguem transportá-los. Também somos tratados como indústria, o que é um erro, porque nossa produtividade e planejamento não se assemelham aos níveis de produção das grandes empresas. E, por fim, ainda há a questão do gênero no campo. Hoje temos mulheres que não conseguem produzir o orgânico ou trabalhar a agroecologia porque o marido não permite. Ivo Melão: Isso que a Nel falou são as necessidades da agricultora e do agricultor para se manter em uma produção agroecológica, mas também existem dificuldades que refletem no agricultor e que caberiam ações do Estado para solucioná-las. Falo, por exemplo, da carência de assistência para a agricultura familiar agroecológica. Temos poucas escolas técnicas de nível médio e superior que estão formando agroecólogos, ou profissionais das ciências agrárias, como agrônomos, veterinários, zootecnistas. Pesquisa é outra área de pouco incentivo, ainda mais em termos de alimentos orgânicos e agroecologia. Essas são políticas estruturantes que o Estado deve assumir, se a intenção é promover uma produção de melhor qualidade.

O que encarece o produto orgânico?

IM: É relativo. O orgânico, em determinados canais de comercialização, realmente é muito mais caro que o produto convencional. Cito as redes de supermercado, por exemplo. Mas depende muito do canal de comercialização que o consumidor vai escolher para adquirir esse produto.

Segundo uma pesquisa de 2017, realizada pela Organizações Rurais Brasileiras, 64% dos consumidores adquirem seus produtos no supermercado, enquanto apenas 26% o compram em feiras. (Foto: Thiago Maceno.)

Sabemos que o alimento orgânico tende a custar mais no supermercado. Acredita que cabe, portanto, ao próprio consumidor escolher canais mais baratos?

IM: O consumidor tem um papel fundamental nesse processo, não pode ficar apenas à disposição daquilo que o supermercado oferece. Precisa buscar canais alternativos de comercialização, como feiras e outros circuitos curtos. Além disso, é importante que o consumidor saiba da onde vem o seu produto. Quanto mais estreita a relação entre ele e o produtor, melhor.

Qual é a razão que explica esse salto no preço final do produto?

NE: As condições de um sistema agroecológico são totalmente diferentes das de um sistema convencional. Por exemplo, para se trabalhar de maneira agroecológica, você precisa de uma variedade muito grande de produtos, o que exige diversos tipos de manejo. Eu não desprezo o trabalho da produção convencional, mas a mão de obra agroecológica é constante e mais complexa, então se tem muito mais trabalho. Além disso, temos a questão do transporte. Uma grande empresa convencional tem uma série de caminhões, e transporta em grandes quantidades. Por isso que, às vezes, o custo final do produto orgânico é um pouco maior do que de um alimento convencional. No supermercado, esse produto precisa estar embalado, e raramente você o encontra em granel. Ou seja, o agricultor não está recebendo cinco reais pelo pé do alface. Às vezes, o retorno para ele é de R\$ 1,50. Cabe ao consumidor se aprofundar nessa questão e saber essas diferenças, porque elas são significativas para entender o preço do alimento orgânico.

Essa lógica um dia pode se inverter, tornando o preço do orgânico igual ao convencional?

IM: É nisso que eu acredito, mas não é um processo rápido, nem simplista. Ouvimos muito que a agricultura orgânica não dá conta de nos alimentar, mas temos países que já estão com agricultura 100% orgânica. Se funciona lá, porque não aqui? Eu sempre penso que, se os incentivos que foram dados à revolução verde fossem dados a produção orgânica, nós presenciariamos uma grande revolução. NE: Na lógica capitalista que visa o lucro, dificilmente os mercados aceitariam igualar o preço do orgânico ao convencional. Os governos têm as ferramentas para fazer incentivos à agroecologia e precisam usá-las. Aí cabe também à cidadania, porque de nada adianta se os próprios consumidores não forem conscientes. Às vezes as pessoas se sentem separadas e indiferentes ao que acontece no campo mas, para que os governos sejam os gestores que

queremos, precisamos fazer uma pressão popular. IM: Para além de uma ciência, a agroecologia é um movimento. Ela tem uma bandeira de luta que ultrapassa a questão da produção e, pegando o exemplo anterior da Nel, aborda a valorização do trabalho da mulher, do jovem, do pequeno agricultor. Quando você compra um produto agroecológico você está comprando um conceito, e tem valores ali dentro que o consumidor precisa conhecer. Às vezes traduzimos tudo para valores econômicos, e damos pouca importância aos valores sociais, ambientais, e muitos outros que estão presentes nos alimentos agroecológicos. Quando alguém diz "ah, eu não compro orgânicos porque é caro" precisa fazer uma releitura desse valor, para entender de verdade o que ele traz consigo.

Segundo relatório de 2017 da Organics, os produtos orgânicos mais consumidos são as verduras (63%) e as frutas (25%). Na foto, Ivo Melão, na horta mandala do CPRA. (Foto: Thiago Maceno.)

Devido ao produto orgânico ser "mais caro", ele se torna elitista. Quais seriam as medidas públicas necessárias para democratizá-lo?

IM: A merenda escolar é um exemplo de medida pública que democratiza os alimentos orgânicos, porque está na direção de oferecer um alimento de qualidade para as crianças de escolas públicas. É um bom começo. NE: Sim, as políticas públicas são fundamentais. Eu vejo que no litoral do Paraná não há nenhum incentivo para os produtores orgânicos. Nem mesmo um espaço de feira para comercializar os alimentos, e isso é o mínimo que os agricultores querem, a chance de vender seu produto para a comunidade local. Quando não há essa opção, os agricultores precisam trazer seus produtos para as grandes cidades. E, como vimos, a distância encarece o alimento. Essa questão das feiras depende muito da vontade dos gestores municipais e do Estado. Quando ela não acontece, o agricultor precisa criar formas alternativas para se manter, e nem sempre ele consegue.